



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 35 • 19 a 25/11/2006 • ISSN 1809-6182

Resenhas

07/11/2006 – Ban Ki-moon, o novo Secretário-Geral da ONUp.05

A Assembléia Geral das Nações Unidas elegeu por aclamação, em 13 de outubro, o Secretário-Geral para o mandato 2007-2011 – Ban Ki-moon, Ministro das Relações Exteriores da República da Coreia. Ele é o sucessor de Kofi Annan, de Gana.

17/11/2006 – Sudão/Darfur: geração de violência interna e externa diante de transição do mandato da UA pelo da ONUp.04

ONU fortalece sua atuação em Darfur. A transição da AMIS para UNMIS pode produzir alguma melhora no quadro da região, em que a violência começa a se estender para outras regiões.

24/11/2006 – Resolvido impasse na escolha do país latino-americano para vaga no Conselho de Segurança.....p.07

A candidatura de Venezuela e Guatemala para ocupar a vaga latino-americana no Conselho de Segurança levou a eleição a um impasse que somente foi resolvido com a renúncia de ambos, em favor do Panamá como candidato de consenso. Os Estados Unidos participaram ativamente de todo o processo no sentido de impedir a vitória da Venezuela.

Ban Ki-moon, o novo Secretário-Geral da ONU

Resenha
Desenvolvimento / Segurança

Frederico de Faria e Silva
7 de novembro de 2006

A Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu por aclamação, em 13 de outubro, o Secretário-Geral para o mandato 2007-2011 - Ban Ki-moon, Ministro das Relações Exteriores da República da Coreia. Ele é o sucessor de Kofi Annan, de Gana.

Não houve votação: ao ser introduzido o Projeto de Resolução que indica o Ministro das Relações Exteriores da República da Coreia para o cargo de Secretário-Geral (SG) da ONU, os diplomatas na Assembleia Geral (AG) simplesmente aplaudiram. A chamada “votação por aclamação” é um procedimento comum quando está claro que existe um consenso quase absoluto. Segundo o Centro de Notícias da ONU, é raro que em ocasiões assim alguém peça uma votação¹.

O Ministro Ki-moon será a oitava pessoa a ocupar o cargo, e o segundo asiático. O primeiro SG da Ásia foi U Thant, de Burma (hoje Myanmar), que exerceu dois mandatos entre 1961 e 1971.

A indicação de um asiático deve-se ao fato de que existe uma regra informal, segundo a qual a origem do SG da ONU deve seguir um rodízio entre os continentes. Após três mandatos com a África (um do egípcio Boutros-Ghali e dois do ganense Kofi Annan), é de novo a “vez” da Ásia. Existe uma outra regra informal segundo a qual o SG nunca é natural de um dos cinco membros

permanentes (P-5) do Conselho de Segurança (CS) - Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China.

Perfil

Um artigo do jornalista Andre de Nesnera, da agência *VOA News*, traz alguns relatos sobre o perfil do eleito.

Conforme Donald Steinberg, especialista em ONU do *International Crisis Group*, Ki-moon é um diplomata de carreira, que trabalhou por 35 anos no governo da Coreia do Sul. Dentre outros cargos, foi chefe da divisão da ONU em Seul, embaixador em Viena, e chefe de gabinete da presidência da Assembleia Geral. Para o General Brent Scowcroft, ex-Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, a indicação de Ki-moon é especialmente interessante para Washington - por ser esta “a primeira vez (...) em que um aliado de um dos membros permanentes do CS é o Secretário-Geral”.

O que o Secretário-Geral faz

A maior parte das atribuições do SG da ONU está indicado no capítulo XV da Carta das Nações Unidas, que consiste nos artigos 97 a 101. Segundo estes artigos, o

¹ <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=20231&Cr=secretary&Cr1=general>>.

Secretário-Geral “será o principal funcionário administrativo da Organização”. Ele “fará um relatório anual à Assembléia Geral sobre os trabalhos da Organização”, e “poderá chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que em sua opinião possa ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacionais”.

Além disso, “cada membro das Nações Unidas compromete-se a respeitar o caráter exclusivamente internacional das atribuições do Secretário-Geral e do pessoal do Secretariado e não procurará exercer qualquer influência sobre eles no desempenho das suas funções.”

Processo eleitoral

Embora seja a Assembléia Geral o órgão no âmbito do qual é eleito o SG, ela não pode decidir os candidatos. Na verdade, é o Conselho de Segurança que realiza várias rodadas de negociação e votação até chegar a um candidato consensual, o “candidato do Conselho”. O órgão de 15 membros então aprova uma Resolução que recomenda à AG determinado candidato.

A Resolução² 1715, de 9 outubro de 2006, consiste de duas cláusulas, uma delas sendo “recomenda à AG que o Sr. Ban Ki-moon seja indicado Secretário-Geral das Nações Unidas para o mandato de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2011”.

O processo do Conselho para se chegar à Resolução é complexo. Primeiro, ele realiza rodadas de votação para cada um dos candidatos – cada um dos 15 membros, por voto secreto, expressa-se a favor, contra, ou abstém-se de cada candidato. Gradualmente, ele elimina os candidatos menos votados. Mais ao final do processo, passa-se a usar cédulas de cores diferentes para os cinco membros permanentes, que têm poder de veto:

votos contra de um membro rotativo dificultam uma candidatura, mas votos contra de um dos P-5 significam seu fim automático.

Conforme o *Mainichi Daily News*, na última rodada de votação antes da Resolução 1715 ser escrita, Ki-moon obteve 14 votos a favor e uma abstenção³. Não se sabe qual dos membros se absteve, apenas que foi um dos rotativos⁴.

Implicações

O governo da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) realizou seu primeiro teste nuclear em 9 de outubro, exatamente o dia no qual o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1715, que recomenda Ki-moon para SG. Conforme a Folha de São Paulo, “especula-se que a Coreia do Norte tenha escolhido a data (...) para realizar o teste para expressar seu descontentamento com a nomeação de Ki-moon para a liderança da ONU”.

Uma entrevista da agência sul-coreana Hankyoreh, publicada em 3 de novembro de 2006, pergunta a Ki-moon se ele enfatiza a questão da Coreia do Norte apenas porque não conseguiu resolvê-la quando premiê de Seul. Ele responde dizendo que indicará “um político ou diplomata com a confiança da comunidade internacional, alguém com a confiança de ambas Coreias do Norte e do Sul para levar a questão adiante”. Ao lembrar que o antigo Enviado Especial do Secretário-Geral para a Coreia do Norte, Maurice Strong, foi forçado a renunciar por força das circunstâncias, diz que está “pronto para intervir diretamente” quando necessário. Ele acrescenta que “fundamentalmente, a questão deve ser

³ <<http://mdn.mainichi-msn.co.jp/international/news/20061009p2g00m0in009000c.html>>.

⁴ Os dez membros rotativos do CS em 2006 são: Argentina, Catar, Congo, Dinamarca, Eslováquia, Gana, Grécia, Japão, Peru e Tanzânia.

² Disponível com o código S/RES/1715.

discutida entre Estados Unidos e Coreia do Norte, mas a ONU deve decidir como ajudar”.

Perguntado sobre as relações “tradicionalmente difíceis” entre ONU e EUA, o ministro respondeu que um precisa do outro. Segundo a Reuters, os Estados Unidos querem assumir a chefia do Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO, sigla em inglês) durante o mandato do sul-coreano. Atualmente, o DPKO é chefiado pelo francês Jean-Marie Guehenno e coordena os trabalhos de cerca de 92 mil pessoas em 16 regiões diferentes, dentre militares, policiais e trabalhadores civis. A maior de suas operações atua na República Democrática do Congo⁵, e conta com 21 mil pessoas; a segunda maior atua na Etiópia e na Eritreia, com 17 mil. Ki-moon também afirma que quer Seul contribuindo mais para as operações da ONU. Apenas trinta e uma das 92 mil pessoas acima citadas são sul-coreanas. A Reuters estima que o orçamento do DPKO suba dos atuais US\$ 4,75 bilhões para US\$ 6 bilhões.

Mesmo assumindo um cargo de caráter exclusivamente internacional, o ministro deseja ver uma Coreia do Sul mais ativa. Diz que quer ver o país aumentar a porcentagem do Produto Nacional Bruto (PNB) destinada à assistência para desenvolvimento (ODA, sigla em inglês). Quer que os atuais 0,06% se elevem para mais do que “os meros 0,3% planejados para até 2030”. “Não somos um país de terceiro mundo”, diz ele, “e a média de ODA da OCDE (organização que reúne países mais ricos e potências emergentes, como o México) ano passado foi de 0,33% do PNB”.

Na preparação para a transição, um dos atos de Ki-moon no último bimestre deste ano é visitar as capitais dos cinco membros permanentes – Pequim, Moscou, Paris, Londres e Washington. Ainda em novembro, ele deixa oficialmente o cargo de Ministro das Relações Exteriores, e prepara-se então para tomar posse em 1º de janeiro de 2007.

Referência

Documento:

Carta das Nações Unidas

<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>

Sites:

Folha Online

<http://www1.folha.uol.com.br>

The Hankyoreh

<http://english.hani.co.kr>

The Hindu

<http://www.hindu.com/>

Reuters

<http://today.reuters.co.uk>

Security Council - Meetings

<http://www.un.org/Depts/dhl/resguide/scact2006.htm>

UN News Centre

<http://www.un.org/News/>

VOA News

<http://www.voanews.com/>

⁵ A RD Congo, cuja capital é Kinshasa, não deve ser confundida com a República do Congo, cuja capital é Brazzaville. Os países são vizinhos. No primeiro, atua uma missão de paz da ONU; o segundo ocupa assento em seu Conselho de Segurança.

Sudão/Darfur: geração de violência interna e externa diante de transição do mandato da UA pelo da ONU

Resenha
Desenvolvimento / Segurança

Wesley Robert Pereira
17 de novembro de 2006

ONU fortalece sua atuação em Darfur. A transição da AMIS para UNMIS pode produzir alguma melhora no quadro da região, em que a violência começa a se estender para outras regiões.

Em 06 de outubro de 2006, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma resolução, de número 1714, que corrobora a resolução 1706, de 31 de agosto de 2006 sobre a crise em Darfur. Ela confirma a transição da Missão da União Africana no Sudão (AMIS, sigla em inglês), sob mandato da União Africana (UA), para a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS, sigla em inglês) da Organização das Nações Unidas (ONU). A AMIS deverá ser finalizada em 31 de dezembro deste ano. No entanto, a quantidade de *peacekeepers* da ONU a atuarem na região vem sendo discutida devido à proporção que o conflito tem atingido no continente africano.

A UNMIS foi estabelecida na resolução 1590, de março de 2005, do Conselho de Segurança (CS) com um número de 10 mil militares e 715 funcionários responsáveis por manter a ordem no país. Com esses recursos, seu objetivo maior era o de monitorar o acordo de paz assinado entre o governo do Sudão e o Movimento/Exército de Libertação do Sudão (SPLM/A, sigla em inglês), em 09 de janeiro de 2005. Acordo este, chamado de *Comprehensive Peace Agreement* (CPA),

que criou as condições para finalizar uma guerra civil entre o Norte e o Sul do Sudão, a qual já durava 21 anos. Importante lembrar que o fim da guerra civil contou com o apoio primordial da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, sigla em inglês), subórgão da União Africana (UA).

A crise em Darfur (2003) [ver [A crise em Darfur e as novas implicações políticas](#)] expandiu ainda mais os problemas sudaneses para seus países vizinhos. Dois pontos relevantes dessa problemática são a falta de ordem institucional que a região de Darfur apresenta já há três anos e os refugiados na fronteira de Darfur com o Chade. Em 05 de maio de 2006, na capital nigeriana de Abuja, foi assinado um outro acordo de paz nos moldes do CPA, o *Darfur Peace Agreement* (DPA). Tal acordo também discorria a respeito do compartilhamento de poder e de rendimentos econômicos.

A resolução 1706 do CS, de 31 de agosto de 2006, além de substituir o mandato da UA (AMIS) para a ONU (UNMIS) irá expandir o mandato para a região de Darfur. A UNMIS, agora, terá a função de preparo das tropas em Darfur e de monitoramento do acordo DPA. Esta

missão irá contar com 17.300 militares e 3.300 civis a serviço da ONU. O plano é que no fim do ano, a UNMIS assuma o mandato em Darfur com 20.600 *peacekeepers* e que os 7 mil integrantes da AMIS retirem-se. Mas esses números ainda dependem de conversações com o governo sudanês e com os integrantes das negociações.

Em março de 2006, o Relatório do *International Crisis Group* já alertava aos governos envolvidos nas negociações da crise em Darfur que a ineficiência da AMIS poderia comprometer o processo de paz na região [ver [A crise em Darfur estende-se ao Chade](#)]. Além disso, o documento afirmava que a debilidade das instituições na região atraía grupos rebeldes sudaneses e chadianos para prepararem seus ataques. Ainda afirmava uma possível tensão entre o Chade e o Sudão [ver na seção mapa [Sudão - Região de Darfur 2006](#)].

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), houve diversos ataques de milícias a campos de refugiados tanto do Sudão quanto do Chade. O Presidente do Chade, Idriss Deby, acusa o governo do Sudão de dar apoio aos grupos rebeldes chadianos com o intuito de desestabilizar seu regime, enquanto o governo sudanês diz que é o país vizinho que incentiva grupos rebeldes contra o Sudão. Segundo o porta-voz do ACNUR, Ron Redmond, os ataques de milícias à população civil chadiana, entre 04 de novembro último e 16 do mesmo mês, forçaram a expulsão 12 mil pessoas de suas residências. Isso dá um total de 75 mil refugiados no último ano. Diante desses últimos acontecimentos, o governo do Deby, em 13 de novembro, declarou estado de emergência na tentativa de estabilizar a violência em seu território. Desde o início da crise em Darfur, já há 218 mil refugiados sudaneses no Chade.

Nas discussões sobre a transição da missão da UA para a ONU em março de

2006, os Estados Unidos da América (EUA) foram favoráveis à entrada da ONU em Darfur. Na mesma época, estudos do *International Crisis Group*, recomendavam duas soluções: que os EUA e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) respondessem à ameaça em Darfur ou ainda que a AMIS fosse pressionada a dar resultados efetivos. No âmbito econômico, a China, principal investidora no setor petrolífero do Sudão, é contrária a uma mudança drástica no regime de Al-Bashir por temer uma desestabilização na economia sudanesa e quebra de acordos. O Sudão é responsável por 11% do petróleo importado pela China.

O regime de Cartum (capital do Sudão) sempre manteve uma rejeição a intervenções em Darfur. O governo vem recusando a colaborar com as Nações Unidas, dizendo que aquele assunto era uma questão doméstica. Em 2003, o governo afirmava que a região não passava por nenhum tipo de conflito e que não havia necessidade de intervenção internacional [ver [Sudão chama atenção de sistema ONU](#)]. Em setembro de 2004, o então Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, classificou a situação em Darfur como genocídio. Se a ONU considerasse tal hipótese de Powell, o conflito em Darfur teria tomado uma dimensão e estaria sujeito a outros procedimentos burocráticos que não o atual. A situação de genocídio teria de ser relatada ao Conselho de Segurança por quaisquer membros da ONU. A constatação de genocídio possibilitaria uma ação coletiva empreendida pelos membros da organização com base no princípio da “responsabilidade de proteger”, o qual é evocado em se tratando de crimes contra a humanidade. Nesses casos, o consentimento do governo do país não seria pré-requisito para a intervenção militar do CS. Por outro lado, a não caracterização do conflito como genocídio determina, em grande medida, limites da presença da ONU em Darfur, visto que é

necessário, nesse caso e sob os auspícios da resolução 1706, o consentimento do governo sudanês para o desdobramento de tropas para a região.

Vários acordos foram assinados pelos grupos armados de Darfur e pelo governo sudanês, sem produzir grandes resultados. O CS da ONU, interpretando que a crise em Darfur é uma ameaça à paz e segurança internacionais, aprovou algumas resoluções, criou a missão UNMIS e estimulou conversações de paz entre as duas partes. Na elaboração de resoluções do CS sobre Darfur há disparidades de interesses entre os membros deste órgão, sobretudo entre os cinco membros permanentes (P-5).

Referência

Chad: UN Rights Chief Warns of Crisis As Darfur Atrocities Spill Over. UN News Service (New York). 17 de novembro de 2006.

International Crisis Group - To Save Darfur: africa Report N° 105. 17 de março de 2006.

United Nations - Security Council. Resolution 1590 (2005). S/RES/1590 (2005). 24 de março de 2005.

United Nations - Security Council. Resolution 1706 (2006). S/RES/1706 (2006). 31 de agosto de 2006.

United Nations - Security Council. Resolution 1714 (2006). S/RES/1714 (2006). 06 de outubro de 2006.

Sites:

AllAfrica.com

<http://allafrica.com/>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

Central of Intelligence Agency (CIA) - The World FactBook

<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

United Nations High Commission for Refugees

<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home>

Ver também:

10/09/2006 - [Sudão rejeita ajuda de forças de paz da ONU](#)

26/06/2006 - [A crise em Darfur estende-se ao Chade](#)

17/05/2006 - [O conflito em Darfur e as novas implicações políticas](#)

20/09/2004 - [Sudão chama atenção de sistema ONU](#)

15/07/2004 - [Darfur e o conflito no Sudão](#)

Resolvido impasse na escolha do país latino-americano para vaga no Conselho de Segurança

Resenha
Integração Regional

Tiago Cerqueira Lazier
24 de novembro de 2006

A candidatura de Venezuela e Guatemala para ocupar a vaga latino-americana no Conselho de Segurança levou a eleição a um impasse que somente foi resolvido com a renúncia de ambos, em favor do Panamá como candidato de consenso. Os Estados Unidos participaram ativamente de todo o processo no sentido de impedir a vitória da Venezuela.

Após meses de confronto e pouco mais de 15 dias de impasse nas votações realizadas na Assembleia Geral (AG) da Organização das Nações Unidas (ONU) para escolha do país a ocupar a vaga latino-americana do Conselho de Segurança (CS), Venezuela e Guatemala abrem mão de sua candidatura em favor de um candidato de consenso: Panamá. A decisão foi tomada no dia 02 de novembro de 2006; cinco dias depois, o Panamá foi confirmado pela AG como próximo representante latino-americano no CS tendo obtido 164 dos 182 votos.

O país irá assumir em 01 de janeiro de 2007 a vaga que era ocupada pela Argentina. O outro representante latino-americano no CS é o Peru, que assumiu em 2006 a vaga que estava sendo ocupada pelo Brasil. Os mandatos duram dois anos. Indonésia, África do Sul, Itália e Bélgica já haviam sido eleitas, sem grandes dificuldades, para ocuparem as vagas de suas respectivas regiões no CS. Como se pode perceber, apesar das vagas do CS serem distribuídas por região, a eleição ocorre com a participação de todos os países-membros da ONU.

Normalmente, as regiões determinam previamente um candidato de consenso, sendo que a eleição da ONU apenas confirma este acordo. No entanto, na América Latina, dois candidatos se apresentaram, a eleição se polarizou e nenhum dos dois foi capaz de obter os dois terços necessários para serem eleitos na AG. Apesar de o confronto ter ganhado destaque nos últimos meses, quando os Estados Unidos (EUA) se envolveram diretamente na disputa, a Guatemala já pleiteava a vaga para o mandato de 2007/2008 desde junho de 2002 e a Venezuela desde 2004.

Os Estados Unidos assumiram uma postura mais ativa especialmente a partir do segundo semestre de 2006, quando passaram a defender abertamente a candidatura guatemalteca em detrimento da venezuelana. O confronto foi assumido por ambos os países: os EUA afirmando que a Venezuela iria atrapalhar os trabalhos do CS com sua postura anti-estadunidense irresponsável e sem



critério¹, e a Venezuela sustentando sua candidatura com um discurso anti-imperialista, chegando mesmo a admitir que disputava contra os EUA e não contra a Guatemala.

A Guatemala, por sua vez, afirmava que a eleição da Venezuela seria perigosa porque incentivaria as grandes potências a tomarem decisões fora do CS. Acusava-a, também, de utilizar seus recursos petrolíferos para pressionar países a votarem nela. A Guatemala tinha apoio, além dos EUA, da maioria dos países da América Central e de alguns países da América do Sul. A Venezuela afirmava ter o apoio de China, Rússia, dos países caribenhos, da Liga Árabe e da maioria dos países africanos e sul-americanos. Os países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), incluindo o Brasil, manifestaram apoio à Venezuela. O Brasil justificou seu posicionamento pelo fato de a Venezuela ser membro do Mercosul, mas fez questão de frisar que tinha boas relações com a Guatemala.

Os meses antes da votação foram caracterizados pela troca de ofensas e/ou acusações entre EUA e Venezuela. Além de ter chamado o Presidente estadunidense, George W. Bush, de “diabo”, o Presidente venezuelano, Hugo Chávez também disse que os EUA não deveriam ser membros da ONU. A Secretária de Estado estadunidense, Condoleezza Rice, afirmou que a Venezuela iria paralisar o CS. Chávez rebateu afirmando que o EUA organizavam uma “guerra suja” contra a Venezuela.

A eleição para decidir os novos membros do Conselho de Segurança se iniciou no dia 16 de outubro de 2006, neste clima de embate entre EUA e Venezuela. Segundo o jornal estadunidense, *The Washington Post*, antes dos resultados dos primeiros

pleitos, o qual a Guatemala liderava, se esperava exatamente o contrário: que a Venezuela obtivesse mais votos. Segundo o regulamento da ONU, as eleições devem continuar até que um país obtenha os dois terços necessários. No entanto, isto não ocorreu nos dois primeiros dias de votação e no restante do mês de outubro novas eleições foram intercaladas com pausas para “reflexão”; todas sem sucessos. Foram realizadas 47 eleições, em todas, com exceção de uma em que houve empate, a Guatemala obteve mais votos que a Venezuela, sem, no entanto, obter os dois terços.

Isto indica, como muitas analistas apontam, o limite do discurso venezuelano anti-imperialista. Afinal, Chávez passou os últimos meses viajando com o objetivo de angariar votos para sua candidatura e seu objetivo não foi alcançado. Por outro lado, os EUA cumpriram seu objetivo de, segundo palavras do embaixador do país na ONU, John Bolton, derrotar a Venezuela. Claro que este país também enfrentou limitações, no sentido de que não foi capaz de, após iniciada a eleição, retirar os votos dos venezuelanos. A própria Venezuela utilizou este argumento para clamar para si à vitória de mais uma vez ter sido a “pedra no sapato dos EUA”. No entanto, considerando o contexto da AG, no qual comumente são aprovadas resoluções contrárias aos interesses estadunidenses, percebe-se que a Venezuela, além de não ter sido eleita, não representou nenhum novo desafio aos EUA.

A não eleição da Venezuelana enfraqueceu seu discurso triunfalista, já que o otimismo pré-eleição se mostrou equivocado, fazendo com que Chávez se sentisse obrigado a rever sua posição – o presidente haveria dito que jamais desistiria – e retirar seu nome do pleito. No primeiro momento, Guatemala e Venezuela não estavam dispostas a desistir em favor de um candidato de consenso. Mas à medida que o impasse se

¹ O país argumentava também que a América Central merecia um representante no CS, já que os candidatos da sub-região haviam sido derrotados nos últimos pleitos.

reafirmava, ambos começaram a flertar com a possibilidade. A condição exigida pelas duas era a de que a renúncia fosse feita em conjunto. No meio-tempo, diversos países se apresentaram ou foram cogitados para ocuparem a vaga latino-americana no CS, inclusive o parceiro de Chávez, o Presidente boliviano Evo Morales. Apesar de toda a movimentação, a única candidatura que vingou foi a do Panamá, que apoiado pelos Estados Unidos, após a renúncia de Venezuela e da Guatemala, já era tida como certa.

O Brasil continuou apoiando a Venezuela até o momento em que se ficou claro que a solução para o impasse caminhava para a escolha de um candidato de consenso, o qual foi bem recebido pela diplomacia brasileira. A escolha do Panamá foi justificada pelo Ministro das Relações Exteriores da Guatemala, Gert Rosenthal, que afirmou que o país seria capaz de unir a América do Sul e a América Central. O impasse, assim, chegou ao fim.

O resultado da eleição não representa nenhuma grande modificação no fenômeno Chávez. O presidente, como sempre, fez barulho mas não alcançou resultados concretos. Neste sentido, a derrota de Chávez, embora demonstre fraqueza, não necessariamente abala a projeção internacional venezuelana por meio da retórica inflamada. Por outro lado, demonstra sim, a limitação e a esterilidade do discurso de Chávez. Enfim, os EUA foram capazes de alcançar seus objetivos; a Venezuela não foi, pois muito claramente, ao contrário do que às vezes afirmava, seu objetivo era o de ser eleito.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Clarín

<http://www.clarin.com>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com>

The Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lúgia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>